

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

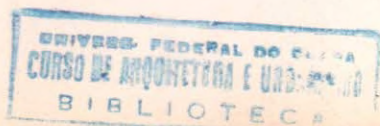
ANTEPROJETO

ADAPTAÇÃO DA ANTIGA OFICINA DA FIRMA CARNEIRO E GENTIL E
REFORMULAÇÃO DE SUA IMPLANTAÇÃO URBANÍSTICA

AUTORA: CELY MARIA MACHADO AGUIAR Nº 863479

ORIENTADOR: Professor José Sales Costa Filho

Fortaleza-CE, 1991.



Cely Maria Machado Aguiar

ANTEPROJETO

ADAPTAÇÃO DA ANTIGA OFICINA DA FIRMA CARNEIRO E GENTIL E
REFORMULAÇÃO DE SUA IMPLANTAÇÃO URBANÍSTICA

Dissertação apresentada à unidade de
Graduação do Departamento de Arquite
tura e Urbanismo da Universidade Fe-
deral do Ceará, como requisito à ob-
tenção do título de Arquiteto.

Área de Concentração: Arquitetura e
Urbanismo

Orientador: Professor José Sales Costa Filho
Departamento de Arquitetura e Ur
banismo da UFC.

Fortaleza-CE, 1991

Dissertação defendida e aprovada, em 02 de outubro de 1991,
pela banca examinadora constituída pelos professores:

Professor José Sales Costa Filho

Professor José Neudson Braga

Professor José Antonio O. P. Lemenhe

Dedico o presente trabalho em especial
a meus pais, e a minha família, pelo a
poio insubstituível que ofertaram, ho-
je concretizado no meu crescimento pes-
soal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Aos professores José Nasser Hissa

Francisco Nasser Hissa

José Sales Costa Filho

Neudson Braga

Zilsa Santiago

Valdir Campelo

Aos arquitetos José Tarcísio Prata

Ana Maria Jereissati - EMLURB

Valéria Saldanha

Roberto Wagner

Salim

Ao Departamento de Documentação e Arquivo da EMLURB

Ao Departamento de Arquitetura - IPLAM,

muito obrigada.

"... Fortaleza necessita de proteção paisagística e de pontos de interesse histórico e tradicional. As praias, as lagoas, os vales dos riachos (as únicas reservas verdes da cidade) não são objeto de aproveitamento e, vão sendo estragadas com edificações inadequadas. A paisagem urbana não corresponde à importância demográfica da cidade. A relação entre os espaços abertos e espaços construídos não possui harmonia..."

Hélio Modesto, Plano Diretor, 1962.

RESUMO

O objetivo final do presente trabalho é a realização do anteprojeto de adaptação da antiga oficina da firma Carneiro e Gentil, situado à rua Sena Madureira com Rua Pinto Madeira, que funciona atualmente como estacionamento da Empresa de Urbanização de Fortaleza -EMLURB. Caracterizando como Centro Cultural, 'no intuito de devolvê-lo à população na forma de espaço público. Sendo o projeto veiculador da revitalização da área, é parte integrante deste processo a reurbanização do riacho Pajeú, inicialmente, no trecho correspondente a área em estudo. No intuito de conseguir a valorização da área através da continuação do parqueamento proposto e iniciado na gestão Lúcio Alcântara (1979 a 1982) para que a área venha a tornar-se núcleo de vivência atrativo, configurando como convergência de pessoas dos mais variados locais da cidade. Não reincidindo sobre o erro de criar espaços públicos sem garantir a permanência do usuário e o uso do espaço na sua concepção original, na globalidade que se propõe.

Empregando para realizar a pesquisa: Estudos da área no contexto macro-espacial, analisando a relação da Região Metropolitana de Fortaleza com a região central; analisando a relação da região central com a área em estudo (Rua Sena Madureira, Rua Governador Sampaio no sentido Norte-Sul e Rua Pinto Madeira e Melvin Jones no sentido Leste-Oeste). Os meios para concretizar esse estudo: foram feitas visitas ao local para execução de levantamentos, mapeamentos, pesquisa da documentação existente na Prefeitura Municipal de Fortaleza, pesquisa bibliográfica, levantamento fotográfico, entrevistas em relação ao prédio e a área. Já a pesquisa sobre conceituação do centro cultural foi feita através de textos e projetos na temática escolhida, podendo absorver a concepção dos autores e traduzi-las sinteticamente, valorizando-as através de atricações no partido adotado.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. O Contexto Histórico	
2.1. O riacho Pajeú.....	11
2.2. A Legislação	11
3. Estrutura Urbana	13
3.1. O Transporte Urbano	13
3.2. O Comércio	13
3.3. Estacionamentos	14
3.4. A Malha Viária e os Pedestres	14
3.5. Transporte Coletivo por Ônibus	15
3.6. Táxis	15
3.7. Terminal de Cargas	15
4. O Plano Habitacional	16
5. Principais Causas da Deterioração	17
6. Metodologia	18
6.1. Estudos da Área	18
6.2. Estudo do Prédio/Projeto do Parque Pajeú	18
6.3. Embasamento teórico	18
6.4. Apresentação	18
7. Centro Cultural	19
7.1. Os níveis/programa	19
7.2. Ligação dos níveis	20
7.3. Transporte de cargas	21
7.4. Subsolo	21
7.5. Cobertura	21
7.6. A Estrutura	21
7.7. O Parque	22
8. Metas e Propostas para a Área	23
9. Bibliografia	24

1. INTRODUÇÃO

Atribui-se a importância da zona central de uma cidade por ser geralmente, essa área correspondente aos sítios históricos.

Caracterizando-se também, como um dos melhores exemplos para a compreensão da vida urbana, devido a quantidade, diversidade e simultaneidade de usos e funções do espaço urbano. RODRIGUES (1986, p.14). Concentrando essa variedade de serviços e equipamentos culturais é potencialmente geradora de empregos.

É verdadeiro afirmar também, que está havendo um esvaziamento funcional das áreas centrais, decorrente da "questionável" expansão da malha urbana, que não acontece baseada na revisão de suas disfunções urbanas, RODRIGUES (1986, p.16) e sim amplia-se através do simples crescimento periférico.

A função habitacional, uma das mais prejudicadas por essa deterioração da zona central, agrava com o seu deslocamento, a transformação do centro da cidade, comparável a um deserto, que desprovido de infra-estrutura e segurança mínimas, impossibilita assim a permanência do usuário, fora do convencional horário de funcionamento das atividades de comércio e serviço.

Em relação aos problemas criados pelas dificuldades de estacionamento, circulação de veículos e circulação de pedestres, constata-se a queda do volume das transações comerciais, pela falta de conforto do cliente.

"... os setores menos favorecidos da população não dispõem de locais de diversão e os jovens não têm onde ocupar as suas horas de lazer..." MODESTO (1962, p.57).

A escolha do presente projeto de graduação reflete o

desejo de contribuir para a revitalização da zona central da Região Metropolitana de Fortaleza.

Empregando como objeto que venha a materializar essa preocupação, o anteprojeto, de aproveitamento da antiga oficina da firma Carneiro e Gentil, vem a caracterizar-se como estabelecimento social, indutor da revitalização da área, complementado por diretrizes para seu reenquadramento em termos da sua implantação urbanística.

Outro fator preponderante da escolha da área em estudo é a presença do vale do riacho Pajeú, que além de ser referencial histórico constitui grande potencial paisagístico, além de conferir o aspecto de conjunto através de sua interligação, como já foi varias vezes citado anteriormente, desde a lei Municipal nº 2128 de vinte de março de 1963 do plano diretor Hélio Modesto.

Não só a violência urbana afasta a população das praças, dos parques, das áreas de lazer, do centro da cidade, mas também a total ausência de atratividade desses lugares. Espaços que na verdade não estão a disposição do usuário e estão longe de conseguirem atender as suas necessidades.

Os espaços públicos, os serviços urbanos, as edificações refletem e caracterizam a identidade da cidade.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

2.1. O riacho Pajeú

Citado como referencial histórico da origem da cidade de Fortaleza, CASTRO(1982, p.57,63,67,68), FREIRE(1979), ADE-
RALDO(1974), o riacho Pajeú que já foi motivo de preocupação e
questionamento do arquiteto e urbanista Adolfo Hebster, que re-
gistra na sua planta de 1875, a primeira ameaça à integridade
física do riacho. Em 1947, o engenheiro Saboya Ribeiro propõe
no seu plano, preservar totalmente as suas margens com aveni-
das-parque, proposta reafirmada também no plano urbanista Hé-
lio Modesto em 1962, MODESTO (1962, p.56,57,58,59). Sendo tam-
bém ponto de enfoque dos "Anais do Forum de debates Adolfo
Hebster"-1981 de iniciativa da PMF/SUPLAM, CORTEZ (1981, p.23,
24,55,87,88).

Todos os projetos, infelizmente ficaram apenas no pla-
no ideológico, não sendo concretizados, com exceção da primei-
ra etapa do Parque Pajeú, executado na administração Lúcio Al-
cântara, numa extensão de 520 metros, que representa apenas
11% do curso total do riacho. Logo após a área recuperada o
riacho atravessa um estacionamento no sentido sudoeste para no-
roeste e passa sob o galpão (objeto de estudo deste trabalho),
onde ficavam as oficinas da firma Carneiro Gentil e hoje abri-
ga apenas a função de estacionamento sendo administrado pela
EMLURB.

2.2. A Legislação

A "Legislação Urbanística do Município de Fortaleza à
partir da Lei do Plano Diretor Físico- Lei 5122 -A de 13 de
março de 1979" em vigor, classifica como Zona Especial de pro-
teção verde, paisagística e turística - ZE-1, essencialmente
os recursos hídricos e os terrenos às suas margens. Essa pro-

posta visa garantir a gradativa implantação de um sistema de parques urbanos.

Quanto ao parcelamento do solo a legislação reserva a faixa "Non Aedificandi" que preserva as margens dos cursos d'água.

No seu decreto nº 5680 de nove de junho de 1983, regulamenta o uso do solo na confluência da Pinto Madeira com a Av. Dom Manuel, segue pela Av. Dom Manuel, Rua Pero Coelho, Av. Visconde do Rio Branco, Rua Pinto Madeira até o ponto inicial tem seus padrões determinados em conformidade com o disposto nesta lei (pág. 132). Estabelece que as atividades já implantadas que estiverem em desconformidade serão toleradas a nível precário por um prazo de dez anos, até a sua transferência para zonas adequadas conforme a Legislação básica do Plano Diretor. "A área delimitada corresponde apenas a etapa do Parque Pajeú e não se refere a proposta do Parque Pajeú em sua totalidade (ver planta, prancha 01)".

" (...) A realidade nos mostra a grande fragilidade destes instrumentos tão vulneráveis em sua efetivação, quer pelas limitações financeiras e administrativas da prefeitura, quer por pressões econômicas decorrentes do sistema de produção suporte da cidade e de sua elite nos setores de atividades industriais, comerciais ou imobiliárias (MONTENEGRO JR, Airtton Ibiapina - arquiteto).

3. ESTRUTURA URBANA

O núcleo de povoamento que deu origem a atual cidade de Fortaleza, hoje denominada pela legislação em vigor, como Zona Central, está localizado junto a costa, numa área de cerca de 246 hectares (Superintendência de Planejamento/Prefeitura Municipal de Fortaleza-SUPLAM, 1980).

As atividades existentes caracterizam-na como uma área de comércio e serviços. A ocupação da zona central, ocorreu a partir da expansão natural do centro tradicional o qual era polarizado pela Praça do Ferreira e estendia-se até o Passeio Público ao Norte, Rua Pedro Pereira ao Sul, Rua Senador Pompeu a Oeste e a leste até a Rua Sena Madureira.

Atualmente o setor de comércio e serviços ocupa, com intensidade variável, toda a zona central. Nas proximidades das ruas Conde D'Eu, Sobral e Governador Sampaio existe uma concentração de comércio caracterizado pela venda a atacado e constituindo um verdadeiro terminal de cargas, descargas e armazenagem de cereais e outros (na maior parte comestíveis).

3.1. O Transporte Urbano

A zona central é ocupada por terminais de transporte público, instalações militares, hospitais, instituições de ensino, templos e alguns parques públicos, entre os quais destacam-se, o Parque Pajeú, o Passeio Público, o Paço Municipal e a cidade da Criança, como os únicos realmente significativos.

3.2. O Comércio

O predomínio da função comercial de Fortaleza contribui para que sua configuração espacial urbana sofra influência decisiva apresentando uma elevada concentração de comércio e serviços na zona central. Manifestando-se através da concentração de atividades terciárias, das correntes de tráfego, das redes de distribuição de serviços e do mercado de trabalho.

Como a disponibilidade de espaços para a circulação é pequena, com vias estreitas e sem possibilidade de expansão, gera uma disputa entre pedestres e veículos; entre a necessidade de circular e de estacionar.

3.3. Estacionamentos

A estrutura urbana atual da zona central de Fortaleza, é basicamente a mesma da origem do século XIX, quando não havia circulação de automóveis, as edificações não possuíam garagens individuais. Com a transformação do "centro comercial" para conseguir suprir a carência de estacionamentos privativos, demoliam-se os edifícios antigos, transformando-os em espaços de estacionamentos "currais" para atender à crescente demanda.

Esses estacionamentos em sua maioria funcionam sem área suficiente para realização de manobras que acabam sendo feitas nas ruas adjacentes gerando conflitos na circulação, sem sinalização de piso e passagem de pedestres e instalações sanitárias.

Existem também estacionamentos ao longo das vias chamados "Zona Azul", operando em regime de vagas horárias, controlados pelo DETRAN-CE, em convênio com a PMF e EMLURB.

O galpão que funciona atualmente como estacionamento da EMLURB é um exemplo de um espaço que vem sendo subutilizado, já que possui condições de abrigar térreo e mais dois pavimentos, além de subsolo já existente.

3.4. A Malha Viária e os Pedestres

A malha viária na zona central obedece em grande parte ao traçado nas direções Norte/Sul e Leste/Oeste. Existe porém uma exceção à esta obediência de traçado ortogonal, na rua Sena Madureira que obedece o curso do riacho Pajeú.

A direção preferencial do fluxo de pedestres se registra no fluxo Leste/Oeste o que veio a transformar a rua Guilherme Rocha em via de pedestres há cerca de quinze anos.

O segundo maior eixo de circulação de pedestres é o calçadão da via de pedestres "Liberato Barroso".

O traçado ortogonal vem a facilitar a orientação dos usuários que desenvolvem seus principais deslocamentos nas vias de ligação de um terminal com outro, transformando o centro da cidade na ponte de ligação entre os bairros da RMF.

3.5. Transporte Coletivo por Ônibus

A grande maioria das linhas de ônibus atingem em sua circulação, a zona central, em função da estrutura radial-concêntrica, levando os usuários a percorrerem a zona central, o que é de seu interesse ou não. Os percursos desenvolvem-se nos canais radiais suprimindo uma área de influência em seu entorno.

Por consequência do sistema radial, existe grande utilização de praças como terminais:

- . Praça Castro Carreiro (Praça da Estação)
- . Rua Sena Madureira (em frente a Praça General Tibúrcio)
- . Praça José Júlio (Praça Coração de Jesus)

3.6. Táxis

As filas duplas geradas juntamente aos pontos de táxis, agravam ainda mais o fluxo dos demais veículos.

3.7. Terminal de Cargas

Ao contrário do terminal ferroviário de cargas junto à estação João Felipe, na Praça Castro Carreiro que funciona com um baixo coeficiente de utilização e possui grandes áreas internas de cargas, descargas e transbordo/manobra; no trecho usado para estacionamento de caminhões ao longo das ruas Conde D'Eu, Sobral e Governador Sampaio, que recebe o fluxo da demanda do comércio atacadista do ramo de cereais, alimentícios, feragens, materiais de construção e outros. Suprimindo também o Mercado Central e o Mercantil São José, transformam com a concentração dessas atividades, o caráter da via pública influenciando as vias do seu entorno como Sena Madureira e Costa Barros, constituindo-se reconhecido uso inadequado para a zona central.

4. O PLANO HABITACIONAL

A revitalização do centro através da implantação de habitações, idealizada desde desde o plano diretor de 1963, confirmada pela Lei do Plano Diretor de 1975, e também pela legislação básica do Plano diretor físico do Município Lei nº 5122-A de 13 de março de 1979 em vigor, se configura com um dos enfoques principais, necessário a garantia de sucesso de qualquer projeto que pretenda revitalizar a zona central.

5. PRINCIPAIS CAUSAS DA DETERIORAÇÃO

5.1. Os elevados custos dos imóveis da zona central dificultam qualquer transação que vise desapropriação, permutas ou tombamento de prédios ou áreas;

5.2. Baixa capacidade do sistema viário;

5.3. Existência dos estacionamentos "currais";

5.4. Existência do comércio atacadista em precário funcionamento;

5.5. Ocupação das praças por terminais de ônibus;

5.6. Indisciplina dos táxis;

5.7. Existência de 2000 ambulantes nas praças e ao longo das vias.

6. METODOLOGIA

6.1. Estudos da Área

6.1.1. Levantamento/Mapeamento da PMF na escala 1:2000

6.1.2. Levantamento/Uso e ocupação do solo, PMF-Departamento de Arquitetura-IPLAM

6.1.3. Levantamento/Vegetação, PMF-Departamento de Arquitetura-IPLAM

6.1.4. Levantamento/Volumetria, PMF-Departamento de Arquitetura-IPLAM

6.1.5. Visitas/Levantamentos/Domínio "in loco"

6.1.6. Levantamento fotográfico

6.2. Estudo do Prédio/Projeto Parque Pajeú

6.2.1. Pesquisa/Levantamento de dados na EMLURB

6.2.2. Leitura/plantas existentes

6.2.3. Levantamento Fotográfico

6.2.4. Levantamento de dados "in loco"

6.2.5. Pesquisa/Arquiteto José Tarciso Prata

6.3. Embasamento Teórico

6.3.1. Pesquisa bibliográfica

a) Parque Pajeú

b) Projetos para espaços públicos

c) Projetos de centros culturais

6.3.2. Análise de trabalhos realizados sob a mesma temática, através da leitura dos projetos e quando possível realização de entrevistas com os autores.

6.4. Apresentação

6.4.1. Dissertação

6.4.2. Desenho arquitetônico, a nível de anteprojeto

6.4.3. Exposição de slides

7. CENTRO CULTURAL

O centro cultural se propõe a ser um espaço atrativo e aberto, que abrigue adequadamente as manifestações culturais e seu contínuo aprendizado nos espaços destinados à prática nas oficinas, expressando assim o seu caráter dinâmico, onde o usuário é participante ativo do processo da valorização e intercâmbio cultural, acompanhando o processo evolutivo do desenvolvimento e não sendo mero espectador de obras já concluídas. Contando também com o embasamento teórico através de palestras, seminários e cursos a ser ministrados no auditório.

É intenção clara, deixar facilmente compreendido pela leitura do usuário, a diferença entre a nova e a edificação existente, valorizando a estrutura original.

A transparência permite a franca visualização das atividades que ali estão realizando-se, através do emprego do vidro no caso das atividades relacionadas à esculturas de pequeno porte, prática coletiva de música, fotografia, pintura, pinacoteca, biblioteca, sala de leitura, salão de exposição I, desenho e gravura que necessitam de climatização e iluminação artificial; Ou pela total abertura como temos o exemplo do espaço destinado a esculturas de grande porte, que possui pé direito generoso (12,00 metros no ponto mais alto) e outras atividades. No mesmo espaço localiza-se a Central de Informações, que consiste em prestar serviços gerais, onde o usuário tem acesso a agenda dos projetos culturais que estão sendo desenvolvidos em toda cidade. O riacho Pajeú atravessa a edificação exatamente neste trecho, francamente aberto e valorizado. O estúdio de dança e o salão de exposição II, também recebem o mesmo tratamento funcionando como pontos de maior atratividade e transparência.

7.1. Os níveis/Programa

O partido é estabelecido nos seguintes níveis:

7.1.1. Nível 0,00

Administração e exposição, onde temos: Documentação, recepção e secretaria, sala dos professores, direção artística, departamento de cursos, direção geral/reuniões, sanitário masculino, sanitário feminino, departamento de pessoal, vestiário feminino/funcionários, vestiário masculino/funcionários, contabilidade e tesouraria, arquivo, esculturas de pequeno porte.

7.1.2. Nível intermediário + 1,10

Restauração, acervo em trânsito, acervo permanente, controle, almoxarifado e suprimentos, secretaria e recepção do acervo, chefia do acervo, montagem, pátio de carga e descarga.

7.1.3. Nível intermediário + 1,40

Estúdio de dança. prática coletiva de música, salas para práticas instrumentais individuais (PII), fotografia com laboratório, vestiário feminino, vestiário masculino, pintura, audição de música.

7.1.4. Nível +4,20

Mirante

7.1.5. Nível + 5,60

Pinacoteca, biblioteca, salão de leitura, recepção da biblioteca, sanitários masculino e feminino, salão de exposição II, gravura, desenho e auditório (capacidade para 315 pessoas).

7.1.6. Nível - 2,80 (subsolo existente)

Casa de máquinas, subestação, central de ar condicionado e manutenção.

7.2. Ligação dos níveis

A ligação dos níveis se dar através da rampa circular, que possui raio externo de 6,79 metros com largura de 2,00 metros, e guarda corpo na altura de 0,90 metros e inclinação de 8% onde o usuário desenvolve o percurso confortavelmente e tem a possibilidade de dominar gradualmente o espaço, selecionando de acordo com a transparência ou opacidade a área que deseja acessar.

O acesso vertical acontece ainda através de dois elevadores especialmente para deficientes e idosos, e pessoas com pequenos montantes de carga, facilitando também uma eventual evasão de emergência, que acontece também através da escada de serviços.

7.3. Transporte de cargas

O transporte das obras e grandes montantes, realiza-se através de elevador de cargas (nas dimensões exigidas pela Comissão do concurso para o museu de Belo Horizonte), com circulação direta ligando-o com o acervo e a plataforma de carga e descarga, estrategicamente localizada, na altura de 1,10 metros.

7.4. Subsolo

O aproveitamento do subsolo existente como casa de máquinas, subestação, central de ar condicionado e setor de manutenção é possível através da necessária utilização de bombas para drenagem da água que ali acumula-se por ocasião das chuvas.

7.5. Coberta

A mudança no desenho da coberta, tem o intuito de ser de pequena interferência na linguagem usada anteriormente (duas águas) criando apenas o sistema de lanternim, e mudando o material, onde é proposta a troca para telhas com isolamento térmico acústico (tipo "Bernini") e em alguns trechos telhas translúcidas garantido maior iluminação.

7.6. A Estrutura

A estrutura em concreto armado acompanhando a lingua-gem existente, com modulação de 5,00 por 5,00 metros com pequenas variações em alguns trechos. No espaço destinado ao estú-dio de dança e auditório o recurso da laje nervurada é empregado permitindo maiores vãos livres.

7.7. O Parque

Prope-se a desapropriação das edificações existentes na área delimitada, transformando o quarteirão na continuação da primeira etapa do Parque Pajeú, numa grande praça recortada pelo riacho. Localizado de acordo com o aproveitamento das curvas de níveis existentes, propõe-se também o anfiteatro, para apresentações ao ar livre.

8. METAS E PROPOSTAS PARA A ÁREA

8.1. Reenquadramento do uso e ocupação do solo para a zona central restringindo o uso do comércio e incentivando a expansão do uso residencial;

8.2. Proibição da utilização de terrenos para "currais" de esta^ucionamentos;

8.3. Deslocamento proposto pela PMF para a área situada entre a Avenida Perimetral (Av. Costa e Silva) e o futuro anel rodoviário de cargas, área adequada para localização do comércio atacadista;

8.4. Distribuição das linhas de ônibus ao longo das vias;

8.5. Desvio do tráfego para os limites Sul, Leste e Oeste da zona central, com melhores condições e deslocamento ou criação de estacionamentos nesses limites;

8.6. Reavaliação da capacidade de fluxo na zona central, que tem atualmente acessibilidade franca e inadequada;

8.7. Ampliação das áreas de circulação de pedestres;

8.8. Reorganização do atendimento e fluxo de táxis pela zona central;

8.9. Organização do comércio ambulante na área.

9. BIBLIOGRAFIA

1. ADERALDO, Mozart Soriano. História abreviada de Fortaleza. Fortaleza: Imprensa Universitária-UFC, 1974. (1)
2. THEBERGE, Pedro. Esboço histórico sobre a província do Ceará. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. (1)
3. FREIRE, Geraldo Régis de Paula. Fortaleza-evolução urbana. Fortaleza: CODEF, 1979. (1)
4. CASTRO, José Liberal de. Parque Pajeú-histórico. Fortaleza: PMF, 1981.
5. ----- . Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Imprensa Universitária - UFC, 1977. (1)
6. CORTEZ, Amaurício Pereira. Fortaleza - a administração Lúcio Alcântara - março 1979 a maio de 1982. Fortaleza: PMF-SUPLAM, 1982. (1)
7. ----- . Anais do Forum de Debates Adolfo Hebster. Fortaleza: PMF, 1981.
8. RODRIGUES, Ferdinando de Moura. Desenho Urbano: cabeça, campo e prancheta. São Paulo: Projeto Editores, 1986. (1)
9. LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. Brasília: Editora Brasiliense, 1985.
10. MODESTO, Hélio. Plano Diretor de Fortaleza. Fortaleza: PMF, 1962.
11. Legislação Urbanística do Município de Fortaleza a partir da Lei do Plano Diretor Físico - Lei nº 5122 de 13 de março de 1979.
12. PROJETO (Revista). São Paulo: Projeto Editores, nºs: 107 (p. 106), 107 (p. 117, 118), 107 (p. 162, 163), 108 (p. 18), 108 (p. 110 a 113), 108 (p. 137), 109 (p. 38 a 40), 109 (p. 49 a 54), 110 (p. 14), 116 (p. C-6), 117 (p. D-2, D-3, D4, D5, D6), 92 (p. 44 a 60).
13. ARQUITETURA E URBANISMO (Au). São Paulo: PINI Editora, nºs 21 (p. 106 a 110), DEZ, 1988, 23 (p. 63 a 68, 74 a 94), abr, 1989.